

36° Encontro anual da ANPOCS
21 a 25 de outubro de 2012 – Águas de Lindóia / SP

GT 35: Teoria Política e Pensamento político brasileiro

Revisitando o ISEB:
uma análise do primeiro momento de Hélio Jaguaribe

Autor: Fernanda Xavier da Silva (Unicamp)
Bolsista FAPESP
(fernanda.xav@hotmail.com)

Introdução:

O presente trabalho consiste em um esforço de diálogo entre o que denominamos primeiro momento da produção de Hélio Jaguaribe - momento que assinala o surgimento, a maturação e a, posterior, consolidação do projeto desenvolvimentista no governo JK “quando a industrialização era o grande desafio do país” (BRESSER PEREIRA, 2000: 237); compreende os textos publicados entre 1953 e 1962 - com as principais leituras sobre o ISEB. A nosso ver, não obstante que a palavra *nacionalismo* estar inscrita no título da maioria delas, quando tomados em conjunto, tais trabalhos podem ser divididos em dois grandes grupos: de um lado, aqueles que integram o debate gestado com a publicação do livro de Caio Navarro Toledo com enfoque no conteúdo ideológico do instituto ; de outro, os que privilegiam a ação política do mesmo.

Procuramos aqui demonstrar que uma análise adequada da obra do autor exige que pensemos conjuntamente teoria, ação e o contexto com que dialoga. Ou seja, é preciso que não só avaliemos as dimensões política e ideológica de seu pensamento, mas também o contexto em que este se insere. A nosso ver, é justamente essa ausência que tem levado a interpretações, no mínimo equivocadas, sobre o real significado do ISEB. Uma vez que os anos 50 caracterizaram um período bastante tumultuado da história nacional – no plano político: 1950 Getúlio Vargas volta ao poder eleito pelo povo; 1954 Getúlio Vargas se suicida de modo a não ser “deposto” face à virulenta oposição udenista; 1955 Juscelino Kubitscheck é eleito presidente e tem sua posse garantida após inúmeras ameaças golpistas; no plano econômico: país vivencia grave déficit no balanço de pagamentos acompanhado do aumento da inflação – seu entendimento é fundamental à correta análise das formulações do autor.

Nosso texto encontra-se dividido em três partes. Na primeira apresentamos as principais leituras sobre o ISEB seguidas de suas críticas. Na segunda esboçamos os aspectos centrais do primeiro momento de Hélio Jaguaribe. E por fim, na terceira, tendo como base o contexto histórico da época, procuramos estabelecer um diálogo entre ambas de modo a obter uma exata compreensão da obra do autor.

I. As leituras do ISEB:

a-) *O debate em torno de Fábrica de ideologias:*

Publicado em 1978, *ISEB: Fábrica de ideologias* é um livro importantíssimo, porque “primeiro trabalho que procurou sistematizar a produção intelectual do ISEB no seu período desenvolvimentista” (PEREIRA, 1998: 259). Buscando identificar linhas gerais, fontes filosóficas e limites das formulações isebianas, Toledo aponta para o caráter eminentemente ideológico desta instituição - sua produção, longe de caracterizar um puro exercício de pensar, consiste antes num esforço para “forjar uma precisa e determinada ideologia”: a ideologia do desenvolvimento (TOLEDO, 1982: 18).

Conforme o autor, tendo a função de pensar o desenvolvimento nacional, o ISEB promoveu uma reabilitação das ideologias por entender que “no interior das formações sociais, ditas subdesenvolvidas (...) caberia [às elites intelectuais] forjar novas ideologias” de modo a transformar a realidade de que participavam (TOLEDO, 1982: 35). Ainda que tal colocação possa parecer aceitável se direcionada à sociedades decadentes, não eram nelas que os isebianos¹ estavam pensando. Para eles, essa exigência caberia, justamente, às “nações subdesenvolvidas onde já se instalaram efetivas condições para aquele processo de desenvolvimento” garantindo, assim, que este se realizasse ordenadamente (TOLEDO, 1982: 35). Ou seja, ainda que as transformações da estrutura semicolonial que suscitaram o desenvolvimento tenham se processado espontaneamente, no entender dos isebianos, somente a partir da formação de uma ideologia assegurar-se-ia que essas “mudanças assum[iriam] a feição de processo, conduzindo, promovendo e incentivando um desenvolvimento nacional integrado, harmonioso e sem grandes disparidades regionais” (TOLEDO, 1982: 38). Assumiam, pois, que “*não haver[ia] desenvolvimento sem a formulação prévia de uma ideologia do desenvolvimento nacional*” (CORBISIER, apud TOLEDO, 1982: 37. Grifos no original).

Como consequência, Toledo entende que tais autores “foram incapazes de se livrarem da *ideologização* da própria ideologia” (TOLEDO, 1982: 49). Isto se fez sentir “na hegemonia que procurava[m] defender para a ideologia do desenvolvimento nacional” - concebendo-a como expressão dos interesses gerais da Nação, representação autêntica

¹ Utilizo a expressão isebianos/ isebianas para me referir as formulações dos “isebianos históricos”, respectivamente: Guerreiro Ramos, Candido Mendes, Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto (Toledo, 1982).

das camadas em ascensão, escamoteavam a existência de ideologias dominantes e dominadas no interior da formação social, e não punham em questão a “sempre problemática relação entre elites intelectuais [de origem pequeno burguesa] e as massas proletárias” – e na confusão entre ciência e ideologia que subjazia em suas produções - a ciência parecia estar “suspensa e inteiramente dependente do crivo ideológico”, tanto sancionava os resultados da prática científica como, no caso específico das ciências sociais, informava seus fundamentos teóricos (TOLEDO, 1982: 51 e 60). Segundo o autor, na medida em que a ideologia “é investida do caráter de *práxis* privilegia[va]-se sempre a segunda” à primeira (TOLEDO, 1982: 178).

Para Toledo, foi justamente este o ponto que levou o ISEB à mistificação e obscurecimento da consciência das classes dominadas. Conforme o autor, por conceber o plano econômico como responsável por todas as determinações da vida social, os isebianos atribuíram ao desenvolvimento a faculdade de liquidar com todas as formas de alienação (econômica, política e cultural) que o “país” sofreria (porque subdesenvolvido e não resultado das relações de produção), bem como, de integrar naturalmente os interesses das classes sociais. Sua promoção tratar-se-ia, pois, da revolução nacionalmente necessária; aquela que, dentro do próprio capitalismo, seria capaz de colocar “no interior da nação, *nas mãos do povo*, das massas trabalhadoras, o centro de suas decisões históricas” (VIEIRA PINTO, apud TOLEDO, 1982: 78). Nesse sentido, recusavam o conflito capital x trabalho – nacionalmente o conflito de classes se faria sentir na oposição entre classes produtivas *versus* improdutivas, nação *versus* antinação – e proclamavam “o nacionalismo como ideologia autêntica” (TOLEDO, 1982: 117). Como resultado, confundiram e enfraqueceram as classes, impossibilitando sua conscientização.

Segundo o autor, ainda que o ISEB não tenha sido o único fiador desse discurso aliancista e nacionalista, ao difundi-lo foi responsável por tornar as organizações e movimentos sociais “incapacitados de organizar as camadas populares e proletárias para a realização de seus objetivos e compromissos históricos de classes” (TOLEDO, 1982: 175). Não bastando, ao pressuporem o desenvolvimento econômico brasileiro sob moldes capitalistas como projeto capaz de representar os interesses fundamentais dos setores e camadas populares, tais autores pareceram (ou pretenderam?) ignorar que o desenvolvimento do capitalismo não se faz de forma homogênea, quer que distintas classes sociais podem conceber, por si próprias, modelos antagônicos de

desenvolvimento econômico e social. Consagraram, pois, uma ideologia situada nos quadros do pensamento da classe hegemônica.

É, porém, Maria Sylvia Carvalho Franco quem melhor trabalha esta ideia. Autora responsável por prefaciar o livro de Toledo, publica, posteriormente, o texto *O tempo das ilusões* em que denuncia o caráter classista da doutrina propugnada pelo ISEB. Conforme a autora, autodenominado centro de estudos e “visando ao incentivo e à promoção do desenvolvimento nacional”, as determinações sociais do pensamento do ISEB – “suas concepções de cultura, de realidade, de história” – foram “as legadas pelo patrimônio intelectual burguês” (FRANCO, 1978: 156). Tendo como referência obrigatória de seu raciocínio a realidade nacional, tais autores trabalharam com a ideia da existência de um povo indiviso e assumiram a Nação como sujeito da história. Por sua vez, ao pressuporem que esta “só adquire efetividade ao passar pelo mercado de bens industrializados”, ambicionaram “um progresso em direção à ordem capitalista” (FRANCO, 1978: 156). Logo, “por desenvolvimento econômico [temática principal nos trabalhos do ISEB] deve compreender-se industrialização e aumento de produtividade, silenciando-se [porém] sobre as relações de produção” (FRANCO, 1978: 156).

Conforme Franco, não bastando “o esvaziamento conceitual e a falta de precisão teóricas” dos isebianos – passam de um idealismo extremado a um empirismo místico, - sua releitura do conceito de alienação - “é distorcido, separado das suas determinações de classe [resultaria da dependência internacional e não do capital] e referido à Humanidade” – somada à caracterização da sociedade civil como matéria informe a ser forjada via desenvolvimento, lhes possibilitou “negar como principal a contradição capital-trabalho” dissolvendo-a no antagonismo nação x antinação – “briga é mais com o estrangeiro que com o capital” (FRANCO, 1978: 182 e 179). Para a autora, ao erigirem o imperialismo como “sede da irracionalidade e da violência”, inimigo principal da Nação, tais autores apresentaram “o nacionalismo, a industrialização e a aliança de classes que os legitima, como as mediações da *salvação universal*” (FRANCO, 1978: 178. Grifos no original). O capitalismo parece, pois, surgir como “o reino da liberdade”, via real e possível, porque “superadora da contradição nação/antinação” (FRANCO, 1978: 184 e 176).

Segundo Franco, é justamente esse ponto que coloca a doutrina elaborada pelo ISEB no domínio da ilusão. Ao escamotearem a existência de diferentes interesses de classes e afastarem sua luta para “um infinito imprevisível”, os isebianos propagaram a ilusão

(“essencial ao modo capitalista de produção”) de que as relações entre trabalhador e proprietário são “de troca simples, em que ambos obtêm um equivalente” (FRANCO, 1978: 191). Uma vez que a riqueza, os benefícios do desenvolvimento capitalista, se difundiriam pela sociedade, “a disciplina, a operosidade, a economia” puderam despontar como “*sistema de valores*” (FRANCO, 1978: 191. Grifos no original). Nesse sentido, “a articulação das interpretações sobre a industrialização, sobre o progresso, sobre nacionalismo e o imperialismo”, presente nas formulações do ISEB, serviu a determinado interesse de classe: possibilitou “a montagem da dominação ideológica da burguesia moderna” (FRANCO, 1978: 197). Mais a frente Franco conclui:

o sentido do projeto de desenvolvimento econômico e social do ISEB, [e] o significado prático que tiveram no processo de ‘modernização’ do país [devem ser pensados em termos da] expressão de uma consciência de classe, de sua importância para organizar a sociedade conforme os requisitos e os interesses da ‘burguesia nacional’. [Seu pensamento] longe de [caracterizar] uma frouxa, despropositada, inocente fraseologia, (...) está firmemente amarrado num sistema, cujo ecletismo e cujas ‘inconsistências teóricas’ mesmo o sustentam em sua eficácia prática, confluindo no processo de afirmação do capitalismo” (FRANCO, 1978: 207).

Se muitos foram os adeptos dessa perspectiva² outros tantos foram seus críticos. Em 1978, Bolívar Lamounier publica o texto *ISEB: notas à margem de um debate* em que critica a tese de que o ISEB fora o “grande responsável por certa intoxicação ideológica obscurecendo” a consciência das classes (LAMOUNIER, 1978: 153). Conforme o autor, ainda que tal estudo apresente “uma competente reconstituição dos textos” faltou-lhe “uma referência mais exata ao contexto político em que atuava o ISEB” (LAMOUNIER, 1978: 154). Caso o fizesse, entenderia primeiramente que “seria anacrônico e exagerado cobrar dos isebianos uma discussão a respeito das teorias das classes sociais”, pois, naquele momento, não só era baixo o grau de institucionalização das Ciências Sociais no país, como pouco se sabia a respeito das classes (PEREIRA, 1998: 262). Ademais, perceberia que nos anos 50 “o jargão nacionalista significava justamente (...) crítica ao status quo; significava tomada de consciência de inúmeros problemas entre os quais o da desigualdade (...) e, sobretudo, significava abertura política, abertura de um espaço maior para a participação” (LAMOUNIER, 1978: 156).

Para Lamounier, longe de um obscurecimento ideológico, o ISEB foi responsável “por um diagnóstico substantivo” da realidade brasileira em que denuncia o controle de

² Além desses dois autores podemos listar como adeptos dessa perspectiva Michel Debrun (1962) e Gérard Lebrun (1963) Guilherme Mota (1977) e Octávio Ianni (1984).

“pontos estratégicos na estrutura de poder” por parte dos setores antinacionais e conclama os setores progressistas à formação de “uma ampla aliança entre eles e deles com o Poder Executivo” (LAMOUNIER, 1978: 157). Se se propõe a formulação de uma ideologia, é porque a apreende em seu sentido positivo, enquanto “conjunto (...) de bases para arregimentação de forças para a formulação de políticas específicas” e não como mecanismo à dominação de classe (LAMOUNIER, 1978: 158). Logo, para o autor, ainda que “o diagnóstico substantivo do ISEB, nas condições da década de 50 po[ssa] ser questionado” não seria correto desqualificá-lo (LAMOUNIER, 1978: 158).

Já em 1985, Renato Ortiz situa este pensamento junto aos “movimentos e intelectuais nacionalistas e/ ou terceiros mundistas” (MOTTA, 2000: 131). Para o autor, tanto os conceitos de alienação, colonialismo ou autenticidade cultural, propagados “pela *intelligentsia* do ISEB”, estavam claramente relacionados ao contexto mundial dos anos 50³, como é possível pensar certa identidade entre as teses isebianas e a obra de Franz Fanon⁴ já que ambos relacionam a “formação da cultura nacional e autônoma (...) à luta de libertação nacional em oposição ao domínio cultural, político e econômico dos países desenvolvidos” (MOTTA, 2000: 131. Grifos no original).

No que tange as colocações de Toledo e Franco, Ortiz aponta para “um descompasso entre a realidade e a crítica uma vez que os conceitos são articulados a nível político e a crítica é sobretudo de caráter filosófico” (ORTIZ, 1985: 46). Para o autor, mesmo que “ao erigir a nação como categorial central de reflexão [o ISEB] encobre as diferenças de classe e elabora uma ideologia que unifica capitalista e trabalhadores (...) seria difícil argumentar que esta ideologia serviu de algum modo para que se desse uma hegemonia da classe dirigente no país. Para que isso pudesse ocorrer, seria necessário que os trabalhadores internalizassem a ideologia produzida”; possibilidade esta que a própria história se encarregou de eliminar (ORTIZ, 1985: 47). Nesse sentido, de modo semelhante à Lamounier, Ortiz sustenta que, a despeito de seu ecletismo teórico, o ISEB foi responsável por uma reflexão crítica da realidade nacional. Suas formulações corresponderam política e intelectualmente ao contexto da época, não podendo, pois, ser classificado como aparelho hegemônico da burguesia.

³ Refere-se aí ao contexto da descolonização da África e da Ásia quando, sob posse dessas categorias (alienação e situação colonial) os povos periféricos tomaram “uma posição ofensiva no interior do *world system*” passando a encarnar “respostas em relação a este quadro de dominação internacional” (Ortiz, 1985: 66. Grifos no original).

⁴ Psiquiatra, escritor e ensaísta, foi um pensador influente no século XX quando publicou obras inspiradas nos movimentos de libertação anticoloniais.

Nos anos 1990 tal perspectiva será partilhada por Daniel Pécaut em seu livro *Intelectuais e a política no Brasil*. Ainda que entenda que “muitas das acusações [feitas nos anos 80 ao ISEB] são incontestavelmente fundamentadas”⁵, para o autor, faz-se necessário uma nova abordagem visto que os intelectuais isebianos não apenas “estavam imersos no vasto movimento nacionalista que percorreu o Brasil, [como] se situavam ao lado das forças progressistas” (PÉCAUT, 1990: 124). Segundo o autor, o Brasil dos anos 50 e 60 vivenciava um quadro bastante semelhante ao da Alemanha do século XIX quando “tudo girava em torno das interações entre o atraso econômico e a política” (PÉCAUT, 1990: 126). Sendo assim, da mesma maneira que na Alemanha “do atraso objetivo” formaram-se as condições para “um avanço da consciência” base para um desenvolvimento mais racional, “seria justamente o atraso do Brasil que lhe permitira colocar-se, por meio da ideologia, acima do momento atual, e afirmar a possibilidade de uma história comandada pela razão” (PÉCAUT, 1990: 126).

Segundo Pécaut, “o elogio da consciência, da racionalidade e da ruptura teve para os isebianos o valor de uma revolução; (...) foi por alçarem plena consciência que os intelectuais pensaram estar vivendo uma ruptura”. Daí seu culto a ideologia do desenvolvimento - cria o sentimento “de que nada escapa a vontade humana”, unindo a nação em torno do projeto (PÉCAUT, 1990: 127). Logo, seria apressado criticar “esses pensadores por terem esquecido a luta de classes”. Haja vista “o ceticismo dos teóricos da época quanto às potencialidades da classe operária”, as alternativas postas pelos isebianos, ainda que estereotipadas, “expressam a resolução de se colocarem ao lado do povo”, difundem “a ideia de uma oposição radical entre os nacionalistas e os seus inimigos, com também entre o povo e os elementos antipopulares”. Evidenciam, pois, “a intensidade do mito da libertação nacional, e se insere[m] no projeto de uma ruptura que permite fundar a política sobre novas bases” (PÉCAUT, 1990: 133). Têm, pois, sentido progressista.

⁵ Para o autor, os isebianos realmente promoveram “uma proliferação sem limites do discurso ideológico” e como consequência criaram “um universo imaginário que se mantém pela referência a um inimigo” – neste caso o estrangeiro e as forças não produtivas – e “um universo paralelo, profundamente obscuro e opaco [expresso na] inconsciência radical” – o subdesenvolvimento refletiria estado de alienação da nação (Pécaut, 1990: 128).

b-) O ISEB enquanto ator político:

O principal trabalho a integrar o segundo conjunto de leituras sobre o ISEB é a tese de doutorado Alzira Alves Abreu, *Nacionalism et action politique au Brésil: une etude sur l'ISEB*, defendida na França em 1975 e até hoje não publicada em português. Atribuindo o surgimento do ISEB à crescente preocupação da “intelectualidade brasileira em exercer influência sobre os centros de poder no que diz respeito à definição de uma política econômica voltada para o desenvolvimento” nos anos 40 e 50, a autora caracteriza o grupo de intelectuais que o compõe como “um grupo de interesse” – grupos que se constituem, se organizam e empreendem uma ação voltada para o exercício da influência ou de uma pressão estruturada sobre os centros de poder de modo a converter essa pressão em decisões consoantes com os interesses do grupo (ABREU, 2005: 97). Conforme Abreu, o ISEB procurou não apenas formular alternativas políticas para o desenvolvimento brasileiro, mas exercer influência sobre os centros de decisão política com vistas a tornar suas propostas orientações gerais da política de desenvolvimento. Consagrou-se, aí, como “um dos centros mais importantes de elaboração da ideologia nacional-desenvolvimentista que marcou todo o processo político brasileiro” até a queda de João Goulart (ABREU, 1975: 287).

Não obstante isso, Abreu entende que o ISEB não obteve sucesso “em aceder aos centros de decisão e orientar a condução política do desenvolvimento do país” por conta de dois fatores (ABREU, 2005: 99). De um lado as transformações que se processaram na sociedade brasileira naquela época acabaram por fazer dos intelectuais do ISEB, “um tipo de intelectual de transição” - detém cultura geral e consciência das mudanças sofridas e necessárias ao país, mas não o saber técnico agora necessário para participar da definição da política econômica a ser implementada (ABREU, 2005: 103). De outro, havia “uma defasagem entre o momento que o ISEB explicitou seu projeto de desenvolvimento nacionalista e a fase em que se encontrava o desenvolvimento industrial brasileiro” (ABREU, 2005: 104). Segundo Abreu, quando os intelectuais do ISEB formularam seu projeto, a oportunidade de uma alternativa nacionalista não mais existia. Exemplo disso é tanto o projeto desenvolvimentista, baseado na cooperação internacional, formulado pelo governo JK, como as alianças estabelecidas entre a burguesia industrial e o capital estrangeiro. Logo, o malogro do ISEB resultou do fato de seus intelectuais e projeto já estarem superados, o que se fez sentir na mudança da própria forma de ação do instituto.

Conforme Abreu, enquanto nos primeiros anos de sua atividade “os procedimentos predominantes [no ISEB foram] a argumentação, a persuasão, por intermédio de cursos, de conferências e de estudos sobre os problemas do desenvolvimento brasileiro e a indicação de solução para esses problemas” - privilegiavam, pois, a possibilidade de conversão do saber em influência, - nos anos 60 este procurou se aliar com grupos localizados na periferia dos centros de poder passando a utilizar a pressão como forma de realização de seus objetivos (ABREU, 1975: 287). Isto é, face à inoperância de seus primeiros procedimentos para influir nos centros de decisão política, o ISEB acabou por abandonar sua postura de ‘grupo de interesse’ atuando agora como ‘grupo de pressão’; justamente, o que “desencadeou intensa campanha contra as atividades da instituição” (ABREU, 2005: 114).

Alexsandro Eugênio Pereira contesta esta tese por entender que o ideal de mobilização política sempre existiu no ISEB e que as condições históricas, de fato, lhes favoreceram “num outro sentido” (PEREIRA, 2005: 121). Para o autor, as transformações em curso na sociedade brasileira na década de 50 asseguraram aos intelectuais isebianos “uma relativa autonomia no campo de produção de ideias” (PEREIRA, 2005: 121). Ou seja, sem embargo as “relações estreitas que estabeleceram com os centros de poder”, a nova conjuntura histórica possibilitou ao ISEB não comprometer o conteúdo de sua produção intelectual submetendo-a a interesses políticos (PEREIRA, 2005: 122). Para Pereira, longe de “traidores da cultura”, os intelectuais do ISEB foram “sujeitos capazes de articular elementos da conjuntura para fazê-los jogar a seu favor”, a exemplo da campanha eleitoral de JK – “fornecem contribuição intelectual (...) acreditando ser ele o sujeito histórico da transformação” (PEREIRA, 2005: 122 e 130).

Logo, para o autor, “o significado da produção e da ação dos intelectuais do ISEB [não residiu] em sua capacidade ou não de orientar o processo de decisões políticas, [mas] na capacidade de articulação entre cultura e política (...) demonstrada desde a antevéspera do ISEB” (PEREIRA, 2005: 122). Favorecidos pela conjuntura histórica dos anos 50, – o aprofundamento do processo de racionalização do Estado e do debate acerca das opções de condução da política econômica não só favorece a “afinidade de ideias, de motivações e de interesses entre intelectuais e políticos” como “amplia a importância dos intelectuais na sociedade” passando a exigir sua participação no poder – os intelectuais do ISEB estabeleceram “uma relação [bastante] particular entre cultura e política”

(PEREIRA, 2005: 124). “Não se trata mais de desenvolver um pensamento que serve apenas a fins intelectuais”, mas de refletir de forma a exercer papel de natureza política (PEREIRA, 2005: 127).

Nesse sentido, o estudo da problemática nacional pelo ISEB bem como sua própria institucionalização foi resultado da “opção deliberada de [seus] intelectuais” de intervir na realidade, e não de imposições externas ao campo intelectual (PEREIRA, 2005: 128). Se os isebianos conferiram “à produção das ideias um caráter político”, continua, o fizeram por acreditar “na necessidade de intervenção do intelectual na realidade socioeconômica nacional” e não para assegurar interesses de qualquer natureza (PEREIRA, 2005: 128 e 126). Seja em 1950 ou 60 afirmaram-se como *intelligentsia* cujo papel seria justamente “mobilizar os setores da sociedade” para a tomada de consciência dos problemas brasileiros (PEREIRA, 2002: 73). A única mudança consistiu em que: ante a homogeneidade alcançada pelo ISEB nos anos 60, lhes foi possível uma “aproximação maior em relação às camadas populares” (PEREIRA, 2002: 117).

Essa caracterização do ISEB como *intelligentsia* é partilhada por Simon Schwartzman no livro *Pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Conforme o autor, constava da agenda do IBESP (mantida durante a primeira fase do ISEB) “o esclarecimento de problemas relacionados com a interpretação econômica, sociológica, política e cultural de nossa época, com a análise, em particular, das ideias e dos fenômenos políticos contemporâneos e com o estudo sistemático do Brasil”, sobretudo, de seu subdesenvolvimento (SCHWARTZMAN, 1979: 03). Mesmo que suas análises econômicas, em essência, não diferissem das proposições da CEPAL, para Schwartzman, tal grupo inovou ao se propor “a assumir uma liderança política nacional por meios próprios” (SCHWARTZMAN, 1979: 04).

Conforme o autor, diferenciando-se quer dos pensadores políticos do passado para quem “as ideias políticas faziam tudo”, quer dos pensadores de influência marxista para os quais as ideias “podiam pouco”, o IBESP sagrou-se “um grupo intelectual com projeto político próprio” (SCHWARTZMAN, 1979: 04). Pressupondo que “eram os intelectuais, mais do que suas ideias ou partidos, que poderiam, um dia, tomar o destino do país em suas mãos”, atribuíam aos intelectuais, e a si mesmos, “um papel muito mais importante do que Mannheim havia pretendido para sua *intelligentsia*”: por ter uma “visão verdadeira do conjunto” não se colocava além das ideologias, tinha antes o poder

de construir a ideologia verdadeira, “passo inicial para as transformações sociais que o país exigia” (SCHWARTZMAN, 1979: 04 e 05).

Uma vez que nosso objetivo aqui não esgotar essas leituras, mas apenas compreender o debate principal, passemos agora ao exame da produção de Hélio Jaguaribe para, em seguida, confronta-la com essas perspectivas.

II. O primeiro momento de Hélio Jaguaribe:

De modo geral, podemos dizer que no primeiro trabalho de Hélio Jaguaribe⁶ encontra-se o cerne de sua obra (aqui analisada): o Brasil vivencia uma conjuntura de crise, cuja resolução passa pela elaboração de uma nova ideologia em sentido ao desenvolvimento. Embora as causas, tipos, bem como a própria concepção de crise mudem ao longo do tempo, resultado quer da própria maturação de suas ideias, quer pelos diferentes desafios postos pelo contexto, tal questão perpassa toda sua obra.

Já na *Apresentação* do primeiro número dos *Cadernos do nosso tempo*, Hélio Jaguaribe caracteriza a época atual como uma época problemática, uma época de crise. Resultado da “perda de validade ou vigência das crenças que pautavam a conduta das épocas precedentes, [da] confusão causada pela inexistência de critérios de seleção e julgamento, [da] instabilidade da vida, sujeita a crises econômicas e sociais que se superpõe, [da] alienação causada pela massificação e proletarização e [da] precariedade das coisas, sob o risco iminente da aniquilação atômica”, entende que o próprio viver tornou-se hoje um problema (JAGUARIBE, 1953a: 02). É, porém, em *A crise do Nosso Tempo e do Brasil* que tal questão encontra-se melhor matizada.

Segundo Jaguaribe, o problema do nosso tempo é resultado da conjunção de duas crises. De um lado há a crise de nossas crenças, quando o cristianismo, apesar de manter-se como essência da religião e cultura ocidental, “não consegue mais ordenar coerente e sistematicamente nossas crenças e nossos valores” dada a ascensão do racionalismo e do marxismo (JAGUARIBE, 1954a: 06). De outro lado, verifica-se uma crise de nossas ideologias resultado do colapso tanto da liberal-democracia como do socialismo. No que tange ao Brasil, o problema reside justamente em sentirmos tais crises sem se quer

⁶ Consideramos como seu primeiro trabalho a *Apresentação* e o ensaio *A crise brasileira* publicados no primeiro número dos *Cadernos do Nosso Tempo* e a palestra proferida na cerimônia inaugural dos cursos e seminários do ISEB intitulada *A crise do nosso tempo e do Brasil*, publicada no segundo número da revista.

apresentar um contexto semelhante ao qual essas crises derivaram. Isso aponta para “o desajustamento e o descompasso entre nossas instituições e nossa realidade e entre nossas posições ideológicas e nossas verdadeiras instituições” (JAGUARIBE, 1954a: 11).

Conforme o autor, nossa alienação colonialista – expressão do retardamento cultural e econômico do país - faz com que consideremos nossos problemas “segundo a perspectiva dos interesses alienígenas” quando devíamos fazê-lo “a partir da realidade brasileira, da posição do Brasil na América Latina e desta no mundo” (JAGUARIBE, 1953a: 02). É, pois, preciso que compreendamos concretamente nossa realidade, para “fundamentar[mos] uma ação autêntica, apoiada na interpretação das possibilidades e das necessidades do homem brasileiro, nas condições de lugar e tempo” (JAGUARIBE, 1953a: 02). Daí a inscrição contida na contracapa dos cinco números da revista: *os problemas do nosso tempo na perspectiva do Brasil; os problemas do Brasil na perspectiva do nosso tempo.*

Os problemas do Brasil:

Conforme o autor, *A crise brasileira* apresenta dois planos de profundidade: o estrutural e o conjuntural, e quatro aspectos básicos: econômico, social, cultural e político. A crise econômica é resultado do fato de termos ultrapassado o nível de tolerância do nosso processo de subdesenvolvimento. A manutenção de uma economia pautada na monocultura de exportação, somada à dependência crescente de certas matérias primas e de maquinaria, tornou o saldo do balanço de pagamentos cada vez mais insuficiente ante as atuais exigências de importação – resultado da baixa elasticidade dos nossos termos de troca em oposição à alta elasticidade dos bens importados. Acrescentando a isso o alto custo da produção nacional – fruto da dependência da importação, da baixa racionalização da produção, e/ ou da insuficiência da infraestrutura nacional – e, como consequência, a baixa acumulação de capital e de formação de tecnologia, dá-se que nossa economia é hoje incapaz de atender a demanda interna (JAGUARIBE, 1953e).

Para Jaguaribe, tal configuração acaba por resultar no surgimento de novos fenômenos de subdesenvolvimento expresso na desproporção crescente entre renda dos assalariados e dos proprietários e entre as diferentes regiões do país. Intensificadas por

um contexto de inflação, haja vista a imoderada expansão do crédito, forma-se nacionalmente uma conjuntura de escassez-caristia quer por efeito deliberado - resultado do monopólio ou oligopólio de alguns setores tal como o de transporte -, quer involuntariamente - resultado da insuficiência de bens e serviços, de transporte e armazenamento ou da concentração tanto da demanda, como da concorrência (JAGUARIBE, 1953e: 121).

Já a crise social consiste na transformação da tensão entre as classes num antagonismo irreduzível resultado do baixo índice de renovação das elites dirigentes, acompanhada da pressão ascendente das camadas populares e da decadência do capitalismo. Conforme o autor, as transformações pelas quais o país passou ao longo de sua história significou o salopamento das bases em que se assentavam o domínio da burguesia latifundiária e da classe média forçando a participação das massas no processo econômico e político. Todavia ainda hoje, a partir de uma prática demagógico-assistencialista, responsável por uma sorte de promessas ao proletariado, a classe burguesa e média tem assegurado a manutenção da política de clientela⁷ e do regime agroexportador. Como resultado amplia-se o antagonismo entre as massas e elites, cuja principal consequência é tanto a impedir a formação de um projeto de convivência das classes, como acentuar “os egoísmos de classe, o imediatismo oportunista dos indivíduos e as tendências dissociativas” (JAGUARIBE, 1953e: 129).

No que tange ao aspecto cultural, a crise trata do agravamento em termos críticos da incultura nacional. Isso ocorre primeiramente dada à prática da economia de exploração. Conforme o autor, o processo de economia de exploração, aqui implantado, atenuou as provocações do meio rural responsáveis pela formação da cultura. Por auferir seus proventos da simples plantação e/ ou do comércio, a burguesia latifundiária e urbana não precisou “aprimorar técnicas complexas para assegurar sua subsistência” (CNT, 1953e: 130). Ao mesmo tempo, ao parasitarem em torno do Estado, a classe média não foi levada a desenvolver modernos mecanismos administrativos. Somando a isso as características da colonização portuguesa - não apenas impediu o florescimento de uma

⁷ Conforme o autor, política de clientela consiste na política surgida com a urbanização brasileira responsável por gerar uma nova classe: a classe média. Uma vez que o processo produtivo brasileiro apresentava uma relação de classes bastante simples – resumia-se em classe dominante dos fazendeiros e/ou burguesia mercantil e classe dominada do campesinato – esta classe estava deslocada do processo produtivo. Isto fez com que se organizassem clientelas em torno das fazendas, sendo posteriormente consolidadas e homologadas pelo regime federativo via prática do voto de favor barganhado pelo emprego de favor (Jaguaribe, 1958a).

cultura nacional, mas por não ter sido atingida pela Reforma não forjou novos instrumentos mentais para compreender o mundo moderno – hoje o Brasil mostra-se culturalmente despreparado para enfrentar a crise do nosso tempo. Nosso pensamento não dispõe de categorias “para equacionar a problemática filosófica e sociológica do mundo contemporâneo”, e carece de conhecimento técnico e administrativo para enfrentar as tarefas da vida econômico-social (JAGUARIBE, 1953e: 130).

Por fim, a crise política “exprime as dificuldades e desorientação” indicada nos itens precedentes. Assinala o colapso do sistema cartorial⁸ praticado desde o Império. Conforme o autor, a expansão dos fatores de produção, quando das duas guerras mundiais, significou um aumento na demanda por serviços públicos efetivos; demanda esta incompatível com a estrutura do Estado Cartorial. Ao mesmo tempo, no plano das relações internacionais, os Estados passaram crescentemente a intervir em favor de seus interesses econômicos. Todavia, faltava ao Estado brasileiro a estrutura necessária para tal, tornando-o “presa dos Estados que programam e executam coerentemente uma tal política” (JAGUARIBE, 1953e: 143). Para Jaguaribe, este fato torna-se ainda mais grave, na medida em que se trata de um contexto de formação de uma hegemonia mundial cuja principal tendência é a do “Estado vencedor exercer uma política de economia de exploração em relação aos demais países, tanto mais acentuadamente quanto menor for a capacidade de resistência de cada país” (JAGUARIBE, 1953e: 144).

Frente a isso que rumo tomar? Tal resposta deixa entrever os diferentes contextos em que o autor escreve. Expressa a perspectiva do Brasil, então extremamente mutante.

A perspectiva do Brasil:

Segundo o autor, tendo em vista que um dos maiores problemas da nossa época consiste no esgotamento das crenças que presidiram nossa formação, a solução à crise nacional comporta dois aspectos distintos: “de um lado, o repertório de providências suscetíveis de corrigir as mais graves deficiências de que se ressente o país (...) e de outro lado, a ideologia de que esse programa seja um corolário e a cujos princípios esteja vinculado” (JAGUARIBE, 1953e: 138). Se em relação ao primeiro aspecto seu

⁸ Conforme o autor, Estado Cartorial é “produto da política de clientela e, ao mesmo tempo, o instrumento que a exerce e a conserva” por meio do oferecimento de cargos no serviço público. Ao subsidiar as clientelas e envolver a classe média marginal, converte-se em uma “pirâmide infinita de cargos” cuja única função é se auto sustentar através da arrecadação (Jaguaribe, 1958a: 22).

diagnóstico é mais ou menos perene ao longo de sua obra⁹, o mesmo não se verifica no que concerne à ideologia capaz de “atender as solicitações específicas para integrar, num sistema de crenças e ideias, a programática exigida pelos referidos problemas” (JAGUARIBE, 1953e: 142).

Enquanto no texto de 1953, Hélio Jaguaribe entende que, a ideologia “apta a integrar, num sistema conjunto, suscetível de eficácia histórica, as soluções requeridas pela problemática nacional” passaria pela desprivatização dos meios de produção - receita esta fortemente influenciada pelo contexto internacional de Guerra Fria, expressão da busca por uma política de terceira posição - nos anos seguintes, os rumos dos acontecimentos levam-no a pensar a situação brasileira não mais em relação ao quadro global, mas em função dos seus dilemas internos. Seu foco passa aí da simples adoção de uma postura de terceira posição face ao conflito mundial, à elaboração e adoção de uma ideologia desenvolvimentista (JAGUARIBE, 1953e: 149).

Já, no segundo número dos *Cadernos*, no artigo sobre a *Situação política brasileira* Jaguaribe pressupõe como sua nota mais característica o enfraquecimento do poder civil. Conforme o autor, o Brasil vivencia atualmente uma forte crise política, resultado da crescente inadequação das instituições com a realidade nacional. Não se trata apenas de uma crise do governo (como a oposição quer levar a crer), mas uma crise das instituições oficiais e substitutivas representativas da sociedade civil que, atualmente “carecem de sua presumida representatividade” (JAGUARIBE, 1954b: 104).

⁹ No plano econômico: “a) regulamentação das aplicações, da renda nacional, destinada a ensejar a máxima capacidade de investimento (...); b) rigoroso controle de intercâmbio internacional, visando a aumentar as exportações, reduzir as importações e selecionar a utilização de divisas; c) reaparelhamento geral, segundo escalas de prioridade por atividade econômica e por regiões; d) racionalização e tecnificação da produção”; no plano social: “a) liquidação dos privilégios hereditários e das formações fechadas de classe; b) promoção da circulação de elites, visando a criar quadros dirigentes dotados de efetiva representatividade e exemplaridade; c) formação de um movimento social apoiado numa ideologia e assentado por uma programática aptos a suscitar confiança no futuro e anseio pela realização dos objetivos prefixados”; no plano cultural: “a) criação da cultura brasileira, com a incorporação do patrimônio espiritual do ocidente e a formação de uma compreensão viva da realidade nacional; b) desenvolvimento de uma ação tendente a retirar o máximo de rendimento da crise como fator estimulante da cultura (...); c) reforma da educação, tonando-a compulsória e geral, orientada para a compreensão e o domínio de nossas circunstâncias e apta a exercer uma ampla seleção de valores; d) imediata criação de um amplo quadro de técnicos e de administradores”; no plano político: “a) liquidação do Estado Cartorial e do parasitismo burocrático e instituição do Estado-serviço e da administração produtiva e eficaz; b) instauração de uma política interna calcada num planejamento geral da ação do Estado em todos os planos da vida nacional; c) instauração de uma política externa calcada na objetiva compreensão dos interesses do Brasil na órbita internacional; d) urgente atendimento dos mais imperativos interesses do país sujeitos à pressão direta ou indireta de outros Estados”. (Jaguaribe, 1953e: 138 a 141).

No âmbito da governança, tal crise se assemelha a crise de 1945 quando o governo tentou transferir, sem sucesso, sua base social para as classes trabalhadoras - o proletariado nacional é historicamente insuficiente, tem formação recente, é inculto, desprovido de articulação. Para Jaguaribe, a política trabalhista atualmente praticada pelo governo Vargas, assinala mesmo a perda de sua substância: “hostilizado pela classe mercantil, [o governo] não soube conservar o apoio da burguesia industrial e da classe média e não logrou (...) encontrar bases suficientes no proletariado”¹⁰(JAGUARIBE, 1954b: 110). Soma-se a isso a crise da própria oposição que “não se mostra capaz de traçar rumos próprios, em substituição aos que critica” (JAGUARIBE, 1954b: 111).

Conforme o autor, a heterogeneidade econômico-social do país é responsável tanto pela fragmentação interna dos partidos (que, de fato, continuam regionais), como pela falta de sentido ideológico e programático dos mesmos. Daí que “ideológica e programaticamente, todos os nossos partidos são iguais, [todos] se confundem na mesma falta de ideias e orientação” (JAGUARIBE, 1954b: 114). Sobrepondo a isso a organização clientelística dos nossos partidos que “impede todas as formulações analíticas econômico-socialmente fundamentadas”, institui-se atualmente um divórcio entre a dinâmica político-eleitoral e a econômico-social: as forças ligadas ao meio rural “logram prevalecer na política partidária, imprimindo suas características e interesses” quando já são as classes urbanas as responsáveis pelo desenvolvimento do país (JAGUARIBE, 1954b: 118).

Seguindo esta tônica - “agravamento da inautenticidade de nossas instituições políticas (...) quando apreciadas em função da dinâmica do processo econômico-social” – o autor analisa os fatos e movimentos políticos característicos do período (o moralismo, o golpe de agosto e a sucessão presidencial de 1955), repensando e aprofundando o debate sobre a crise brasileira (JAGUARIBE, 1954b: 117). É, porém no artigo publicado na Revista do Clube Militar em 1955 que sua nova proposta para *Situação atual do Brasil* fica clara.

¹⁰ É importante destacar que esse tom negativo com que analisa aqui o governo Vargas é abandonado já no terceiro número da revista – provavelmente porque escrito posteriormente ao suicídio de Vargas. Aí, ainda que com certas reservas, Jaguaribe passa a elogiar o governo entendendo seu esforço de transferência das bases da classe média para o proletariado como resultado da impossibilidade de continuar apoiado em uma classe economicamente marginal (Jaguaribe, 1955a).

A crise do Brasil sob uma nova perspectiva:

Conforme o autor, estudar a atual situação do Brasil exige que pensemos o “estado em que atualmente se encontra o processo histórico-social brasileiro mediante análise histórico sociológica do mesmo” (JAGUARIBE, 1955e: 07). Pressupondo o primeiro (o processo histórico) como resultado da interação de quatro ordens de fatores: os ideais (conjunto de crenças substantivas), os reais (condições materiais do meio físico), a liberdade e o ocaso (refere-se ao fato de determinado evento ter se verificado em certo lugar e de certo modo), considera o segundo (o processo social) “em função de sua faseologia”; ideia que passa a ser central em sua obra (JAGUARIBE, 1955e: 05).

Termo cunhado por Guerreiro Ramos, consiste no reconhecimento de que “as comunidades pertencentes a um mesmo processo histórico global tendem a percorrer as fases determinadas pelo curso desse processo” (JAGUARIBE, 1955e: 05). Cada uma dessas fases, por sua vez, constitui uma estrutura-tipo de relações que orientam toda a vida da comunidade. Nesse sentido, o entendimento da atual situação brasileira passa pela “compreensão da estrutura-tipo segundo a qual se ordena nossa comunidade”, acompanhada da compreensão da faseologia de suas origens (JAGUARIBE, 1955e: 07).

No que tange ao primeiro aspecto, para o autor, a estrutura-tipo do Brasil é “a de uma comunidade ainda marcada por características semicoloniais em estado de subdesenvolvimento econômico-social, mas em fase de acentuado desenvolvimento, ora obstado por determinados pontos de estrangulamento” (JAGUARIBE, 1955: 07). Isso se faz sentir face à estrutura de nosso comércio exterior - ainda dependente da exportação de um único produto primário e destinado a um só exportador - e à nossa subcapitalização, que nos leva a pensar a questão do subdesenvolvimento.

Caracterizando como subdesenvolvidas “as economias que por deficiências de seus fatores de produção (...) não disponha, por conta própria, da possibilidade de dar aos seus fatores, em regime de pleno emprego, a máxima utilização permitida pela técnica existente”, entende que no Brasil ele se faz sentir não por meio da estagnação, – “como ocorre com a maioria dos países subdesenvolvidos” - mas através de elevadas taxas de crescimento, porém ainda bastante tumultuário e heterogêneo – “com relação aos diversos setores da economia e às diversas regiões do país” – e enfrentando graves obstáculos (JAGUARIBE, 1955e: 08).

Isso nos remete ao segundo aspecto à compreensão da situação brasileira, o da faseologia. Conforme o autor, a história econômico-social do Brasil divide-se em três fases distintas:

a primeira é a *fase de economia de produção escravocrata* e vai desde os primórdios da colonização até meados do século XIX. A segunda é a *fase da economia semicolonial de exportação* e vai de meados do [mesmo] século, a partir da abolição do tráfico de escravos e de sua progressiva substituição pelo trabalho assalariado, até a crise do café em 1930. A terceira fase é a *fase de transição* para a autonomia econômico-social do país que, iniciada em 1930 e acelerada com a 2ª Guerra Mundial, prossegue até nossos dias [1950] (JAGUARIBE, 1955e: 09. Grifos nossos).

Enquanto na primeira fase o Brasil aparece mais como uma parte descentralizada da Europa por sua produção de artigos para exportação, a segunda “caracteriza-se pela formação da sociedade brasileira, sua diferenciação em classe e seu enriquecimento” (JAGUARIBE, 1955e: 09). Todavia, embora já dotado de vida e economia própria, nessa segunda fase o desenvolvimento do Brasil continua dependente da situação econômica mundial, visto que é o café a base de nossa economia. É somente na terceira fase - impelido pelo contexto de crise econômica dos anos 20, reforçado, posteriormente, com o conflito mundial - que a indústria torna-se a principal fonte de renda nacional. No entanto, uma vez que a situação nacional é marcada pela dilapidação dos saldos cambiais e pela posse de uma infraestrutura precária, somado ao contexto global de ausência de financiamento externo, configura-se aí a crise que hoje vivemos; “marca [de] uma fase logicamente transicional” (JAGUARIBE, 1955e: 09 e 11).

Conforme o autor, a estrutura-tipo brasileira é uma estrutura em transição, logo, seu equilíbrio deve se estabelecer “mediante [sua] reorganização” quer pelo nível mais alto, quer pelo mais baixo, a depender da ideologia que se sagrará vencedora (JAGUARIBE, 1955e: 11). Uma vez que das quatro tendências ideológicas em disputa nacionalmente – correspondente, respectivamente, às classes latifúndios-mercantis, pequeno-burguesa, industrial e proletária – a fórmula que representa a transição para uma etapa mais avançada do processo faseológico é a encampada pela classe industrial e operária, reconhece como ideologia mais autêntica, a ideologia do desenvolvimento econômico-social¹¹.

¹¹ Entendendo por ideologia “a racionalização dos interesses situacionais de um grupo social, visando justificá-los e lhes emprestar uma validade transcendente à situação em que se encontre aquele grupo”, considera possível julgá-las tendo em vista sua maior ou menor autenticidade. Conforme o autor, é

É justamente neste ponto que o debate, até então pouco dilatado, revela ser um debate meramente econômico. Pressupondo que os problemas do Brasil são bastante simples porque “as questões mais importantes e urgentes são as que se referem à produção e à produtividade” e não à sua distribuição, Jaguaribe propõe-se a pensar as medidas necessárias para consolidarmos finalmente sua passagem da fase semicolonial à fase de pleno desenvolvimento (JAGUARIBE, 1956b: 54).

Conforme o autor, “o fenômeno do desenvolvimento econômico é um aspecto particular do fenômeno do crescimento econômico” (JAGUARIBE, 1958a: 37). Envolve não apenas a acumulação quantitativa das riquezas, mas também a transformação qualitativa do processo econômico. Embora trate de um procedimento que ocorre no âmbito das relações econômicas não está a ele limitado: “se realiza dentro de estruturas sociais dadas e, se apresenta, em relação a tais estruturas, como uma função que as configura e um efeito que delas resulta” (JAGUARIBE, 1958a: 38). Ou seja, tanto as mudanças na estrutura produtiva ocorrem a partir de condições mais amplas, tais como crenças e hábitos de uma comunidade, como ao se processarem, no plano econômico ou em qualquer outro, provocam igual efeito nas outras áreas da vida social. Daí que, para o autor, o planejamento democrático da economia, embora já represente uma tendência da economia do nosso tempo é “insuscetível de aplicação e de realização se não estiver enquadrado em um contexto que propicie a sua execução” (JAGUARIBE, 1958a: 41 e 48). Sugere aí, pela primeira vez, a ideia do desenvolvimento enquanto processo social global, demandando reforma em todos os planos da vida nacional.

Todavia, se no âmbito do diagnóstico o autor pensa (ou diz pensar) em termos globais, o mesmo não se verifica no que concerne a sua prescrição. A nosso ver, Jaguaribe parece acreditar que com o desenvolvimento econômico superar-se-iam todos os planos da crise nacional. Isto fica claro em trecho de *Condições institucionais ao desenvolvimento*. Conforme o autor, “se considerarmos mais profundamente as relações entre o Estado [digamos entre a superestrutura social] e a economia, e atentando ao fato de que, dado certo prazo, todo processo econômico tende a criar as instituições necessárias para discipliná-lo”, a melhor (e talvez a única) saída para superar os quatro planos da crise nacional, sobretudo o Estado Cartorial e a política de clientela, é o

autêntica uma ideologia quando orientada na sentido da história, e quando a visão de mundo e projeto de vida social nelas implicada está ajustado a situação concreta da comunidade e do grupo que representa. (Jaguaribe, 1955e: 07).

desenvolvimento (JAGUARIBE, 1958a: 29). Ou melhor, a criação das condições capaz de transformar “o antigo quadro do semicolonialismo do subdesenvolvimento” tende a alterar “a estrutura estatal [e, em consequência, a estrutura social e cultural] que ainda subsiste” impedindo, pois, que “as relações entre o homem público e o seu eleitorado” continue a se processar com base em relações de barganha clientelística (JAGUARIBE, 1958a: 29 e 30). Clama aí à expansão da propaganda do desenvolvimento, posto que só por meio da mobilização ideológica da sociedade poder-se-á “construir a grande unidade nacional para o desenvolvimento, formando-se correntes de ideias e interesses (...) suficientemente poderosos para transformar, no sentido do desenvolvimento, as condições institucionais do nosso país” (JAGUARIBE, 1958a: 53. Grifos nossos). Fica, pois, latente a preponderância conferida à esfera econômica em seu raciocínio.

Esta, por sua vez, se tornará patente quando da publicação do polêmico livro *O Nacionalismo na atualidade brasileira*. Objetivando esclarecer o dilema do nacionalismo brasileiro - “ou alcança uma formulação mais consistente e suficientemente elaborada e determina o curso subsequente de nossa história, ou malogra, desaparecendo, com seu insucesso, a condição mesma do povo brasileiro realizar uma história nacional” – termina por caracterizá-lo como “um meio para se atingir um fim: o desenvolvimento” (JAGUARIBE, 1958b: 14). Conforme o autor, o que torna uma política nacionalista não é “o fato de serem nacionais os agentes ou recursos empregados”, mas por representar a forma capaz de nos “assegurar a mais eficiente exploração” e produção de determinado bem, estar integrado com os problemas globais da nacionalidade e, por fim, encontrar-se ajustado “aos imperativos do desenvolvimento, fim imediato que o suscita e orienta” (JAGUARIBE, 1958b: 53). Advoga aí “uma atuação cultural e política que reajuste o movimento nacionalista aos imperativos do desenvolvimento, fim imediato que o suscita e orienta” (JAGUARIBE, 1958b: 48).

Seguindo o mote, promoção do desenvolvimento econômico = resolução da crise nacional, Jaguaribe reconhece como modelo econômico conveniente para o país: “aquele que tire o máximo partido da especialização do país, no quadro da divisão internacional do trabalho, compatível com o máximo incremento de sua produtividade, mediante a mais acelerada possível transformação de sua estrutura econômico-social e a mais alta taxa possível de acumulação capitalista” (JAGUARIBE, 1958b: 61). Tal modelo conduz as seguintes consequências: “a) reaparelhamento, reorganização e expansão dos bens e serviços de infraestrutura; b) racionalização da agricultura e do escoamento e

comercialização dos produtos da lavoura; c) industrialização acelerada, visando à substituição de importações e à expansão da indústria de base” (JAGUARIBE, 1958b: 61). Questões políticas e sociais antes presentes em seu raciocínio, são aqui abandonadas em favor de um confronto do nacionalismo e do cosmopolitismo em termos puramente econômicos. Movimento este que se repete no último trabalho aqui analisado.

Intitulado *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político* este livro traz uma abordagem teórica do tema do desenvolvimento. Partindo da conceituação do que é desenvolvimento, passando pelos modos e condições à sua realização, termina por apresentar qual caminho, qual modelo de desenvolvimento a ser implantado no Brasil. Ou melhor, seu modelo político ideal. Conforme o autor, haja vista que nos encontramos entre os países com razoável nível de desenvolvimento econômico, que atingiram ou se encaminham para atingir razoável nível de diferenciação econômica, e contamos com uma burguesia empresarial dinâmica e poderosa, “o modelo político mais apropriado para [nosso] desenvolvimento [é] o nacional-capitalismo, por intermédio de um partido do desenvolvimento” (JAGUARIBE, 1968: 180).

Conforme o autor, o nacional capitalismo ocorre nas sociedades em que há predominância política da burguesia empresarial. Esta, por sua vez, de modo a “instituir verdadeira representatividade política” organiza “um partido do desenvolvimento”. Comprometido, “ao mesmo tempo, com os interesses do empresariado e das massas (...) formula uma ideologia desenvolvimentista nacional-capitalista orientada para os grandes investimentos públicos e de base, para a produtividade do capital e do trabalho, e para a consolidação e o engrandecimento da nação” (JAGUARIBE, 1968: 78). Investindo contra as formas pré-capitalistas de economia em favor da equalização das oportunidades e do “máximo de bem-estar social compatível com as necessidades de investimento produtivo”, requer uma liderança de tipo neobismarckiano – liderança arbitral “entre as diversas camadas sociais [que], baseada numa contabilidade nacional objetiva, assegur[a] a maior capacidade possível de investimento tolerável pela comunidade, regulando a participação de cada camada de acordo com sua capacidade política de reivindicação e assegurando aos empresários nacionais a liderança na promoção de desenvolvimento da (...) nação, de acordo com o programa traçado pelo Estado” (JAGUARIBE, 1968: 79 e 63). Justamente, este o modelo vigente durante o, bem sucedido, governo JK.

Segundo Jaguaribe, “a aliança PSD-PTB representou, de certa forma, esse ‘partido do desenvolvimento’, assim com a presidência Kubitschek manifestou

características neobismarckianas” (JAGUARIBE, 1962: 101). Responsável por instaurar o Plano de Metas – “esforço de programação do desenvolvimento do país orientado no sentido de criar ou expandir, na extensão apropriada, a oferta de bens e serviços de infraestrutura e de base” – consolida “o maior esforço de desenvolvimento econômico empreendido no Ocidente por um país subdesenvolvido” (JAGUARIBE, 1962: 180). Mais à frente continua, sem contar com apoio de qualquer entidade internacional, antes as contrariando, o governo brasileiro foi responsável por política não ortodoxa, alcançando “extraordinário êxito em seu esforço de desenvolvimento, atingindo e ultrapassando quase todas as metas” (JAGUARIBE, 1962: 180). Para o autor, “ao que tudo indica foi vencida a barreira do desenvolvimento e o país projetado em processo de continuado crescimento” (JAGUARIBE, 1962: 181).

É, pois, visível o otimismo do autor. Mesmo no último capítulo ao analisar alguns problemas do desenvolvimento logrado pelo governo - tais como: não se manifesta de forma homogênea em todos os setores da economia ou nas diferentes regiões do país, aprofunda “a falta de representatividade das agências e dos processos políticos” e agrava a “falha de autenticidade e de funcionalidade dos órgãos do Estado e de seus atos” (JAGUARIBE, 1962: 192) – Jaguaribe pressupõe:

[As] experiências e decisões dos últimos dez anos [logrou configurar] uma doutrina e uma prática brasileiras do Estado da economia, da programação e da democracia social. Essa doutrina e essa prática (...) apontam, inequivocamente, para certa direção: [caracteriza] uma *democracia social e nacional, programadamente orientada para o desenvolvimento*, o bem-estar social e a crescente igualização das oportunidades, entre setores, regiões e pessoas, onde a propriedade privada dos meios de produção e a gestão privada dos empreendimentos são preservados na medida em que representem condições de eficiência econômica, onde o capital público tem a principal responsabilidade pela manutenção da taxa de investimentos, mas a gestão dos empreendimentos, ainda que públicos, tende a ser exercida de forma profissional, segundo critério e produtividade (JAGUARIBE, 1962: 213. Grifos nossos).

Novamente, o autor parece associar a promoção do desenvolvimento econômico não só à resolução da crise nacional, mas à consolidação mesmo da democracia. Para Jaguaribe, por programar e executar ‘satisfatoriamente’ tal programação, o governo JK deu um importante passo em sentido ao desenvolvimento da economia nacional e, por consequência (até porque o desenvolvimento seria global), à melhoria do país como um todo.

A nosso ver, o aqui exposto permite vislumbrar o peso que o contexto histórico exerceu sobre as formulações de Jaguaribe. Embora os móveis do seu pensamento tenha

sido sempre a promoção do desenvolvimento econômico, a conjuntura dos anos 50 pôs em pauta questões de ordem política e social não só no Brasil, mas no mundo. Daí seus primeiros trabalhos apresentar debate muito mais dilatado (sobretudo no que tange aos movimentos políticos processados entre 1953 e 1956) que os últimos. À medida que tais litígios foram se resolvendo, ou melhor, tornando-se menos explosivos, pôde o autor se debruçar mais diretamente sobre a temática do desenvolvimento.

Parece-nos que o contexto de calma advindo com a posse de Juscelino Kubitschek, somado ao lançamento do Plano de Metas em 1956, fez com que o autor focalizasse sua análise nas necessárias à consolidação do desenvolvimento. Isso explica porque os dois textos publicados pós 1958 trazem um debate muito mais restrito e técnico, consagrando, ao final, a ideia de que uma vez promovido o desenvolvimento econômico, resolver-se-iam todos os problemas nacionais. Vale, contudo, destacar que se em 1958 o autor está imerso num ambiente de aparente euforia, resultado dos altos índices de crescimento econômico alcançados pelo país, quando da publicação do segundo (1962), Jaguaribe enfrenta um ambiente de profunda instabilidade política, com queda na taxa de crescimento do PNB dando a entender que a longa fase de crescimento econômico chegara a seu fim. Frente a isso como classificar seu pensamento?

III. O pensamento de Hélio Jaguaribe em seu contexto

À primeira vista, a análise deste primeiro momento de Hélio Jaguaribe parece referendar a leitura consagrada por Toledo sobre o ISEB. De fato, e já no primeiro número dos *Cadernos*, Jaguaribe associa a resolução da crise nacional e o desenvolvimento econômico à prévia elaboração e divulgação de uma ideologia. Conforme o autor: “a rápida enumeração dos problemas nacionais (...) põe em destaque a necessidade de uma ideologia” resultado tanto das “exigências específicas de determinados problemas”, como “da necessidade de integrar num sistema conjunto as diversas soluções reclamadas pela crise nacional” (JAGUARIBE, 1953e: 142 e 148). Esta tarefa, por sua vez, não se estende a toda sociedade, compete antes a “uma vanguarda esclarecida e eficaz” (JAGUARIBE, 1956b: 146). Isto é, à intelectualidade e à burguesia industrial, porque grupos representativos das forças dinâmicas do processo

econômico-social com consciência da “dependência que existe entre o processo econômico e a elevação do seu nível de vida” (JAGUARIBE, 1958a: 49).

Ademais, a preponderância conferida, pelo autor, à esfera econômica em seu raciocínio, somada à percepção de que, no Brasil, existe uma correspondência entre os interesses situacionais de classe, acabam por referendar a crítica de Franco. Em todos os textos aqui analisados, Jaguaribe parece não só ignorar a existência de diferentes interesses de classes (ao menos entre as classes ditas progressistas), como propaga a ilusão de que os benefícios do desenvolvimento se repartem igualmente pela sociedade. Daí caracterizar a ideologia do desenvolvimento econômico-social como a ideologia mais autêntica ao momento histórico do país e difundir o mote, constantemente repetido, que a promoção do desenvolvimento econômico significaria a resolução mesmo da crise nacional.

Não obstante essa primeira concordância, acreditamos que não se trata de uma opção deliberada de Jaguaribe com vistas a consagrar a dominação ideológica da burguesia. Reflete, antes, os dilemas e desafios postos pelo contexto em que escreve. Segundo Eduardo Deves Valdes, embora a temática do desenvolvimento tenha surgido na América Latina entre os anos de 1943 e 1949, somente em finais dos anos 50 e início dos anos 60 é que “os fatores sociais passaram a ser decisivos”¹². Antes disso, o objeto principal da política de desenvolvimento era a industrialização. Pensava-se que:

el problema básico del desarrollo económico era la elevación del nivel de la productividad de toda la fuerza de trabajo, que en este caso debía ser posibilitada por una substitución de importaciones, estimulada por una política de protección moderada y selectiva. Desde este punto de vista fue criticada la insistencia de los centros de la idea obsoleta de la división internacional del trabajo y propuesta la necesidad de una política, de parte de los gobiernos, de racionalidad y visión, así como de inversión en infraestructura para acelerar el crecimiento económico, lo que indicaba la necesidad del planeamiento (VALDÉS, 2003: 33).

Temas como nacionalismo, planejamento e racionalização estavam, pois, na agenda do dia não só no Brasil, mas em toda a América Latina.

Diferentemente dos anos 30, em que nacionalismo designava consciência nacional, nos anos 50 ele despontou como “paradigma do desenvolvimento”. Tratar-se-ia de “um projeto voltado para a aceleração da industrialização” capaz de elevar “a nação a

¹² Percebe-se aí que, apesar do crescimento econômico obtido pelos países, os atuais esquemas de desenvolvimento contém falhas, tais como: disparidade de ingresso, inflação e desigualdade. Isto põe em relevo os fatores sociais – “no es solo una de las causas o manifestaciones de que existe desarrollo sino también debe constituirse como consecuencia” – consolidando, ao final, uma sociologia do desenvolvimento econômico (Valdez, 2003: 37).

outra etapa de organização socioeconômica, com melhoria das condições de vida da população” (SOUZA, 2009: 36). O planejamento, por sua vez, antes restrito a uma elite estatal, passou a envolver quadros da sociedade civil e se orientar “para dentro do aparelho de Estado” (SILVA, 2005: 19). Isso leva à formação de diversas instituições, “dentro e fora do aparelho estatal”, tanto para construir quadros técnicos especializados ao exercício de determinadas atividades, como para aprofundar os estudos dos problemas brasileiros, expressão do “aprofundamento do processo de racionalização do Estado” (PEREIRA, 2002: 39).

Conforme Bielschowsky, no Brasil essa agenda atingiu seu auge entre os anos 1956-1961, precisamente os anos do governo JK. Pautado no amadurecimento do debate sobre a industrialização planejada processado entre 1953 e 1956, somado à percepção e diagnóstico da crise nacional, o lançamento do Plano de Metas consagrou a incorporação mesmo da ideologia desenvolvimentista “à retórica oficial do governo” (BIELSCHOWSKY, 2004: 404). Não se tratava mais de analisar a situação brasileira, mas de implantar políticas econômicas concretas. Isto se fez sentir nas grandes inversões de capital “na infraestrutura de serviços de energia e transporte e nos segmentos fundamentais da indústria pesada” realizadas pelo governo. “Aprofundar a industrialização, planejando-a, ampliando a infraestrutura de bens e serviços básicos, garantindo as importações necessárias e evitando a interrupção do processo de desenvolvimento por políticas contracionistas, era, em resumo, a questão que norteava o pensamento do período” (BIELSCHOWSKY, 2004: 406).

A nosso ver, é este caldo cultural que explica porque, mesmo em face de uma arguta análise da situação brasileira, tocando desde questões econômicas a sociais e políticas, Hélio Jaguaribe limitou-se a prescrever medidas econômicas. Longe de um conservadorismo, entendemos que isto aponta para a crença na “industrialização como processo transformador capaz, em si mesmo, de minar os alicerces conservadores da sociedade e viabilizar a superação da miséria” (BIELSCHOWSKY, 2004: 130). Expressa, pois, a associação, bastante comum à época, entre as ideias de desenvolvimento e industrialização com a de progresso, até porque “o amadurecimento político da sociedade brasileira não permitiu, antes do final dos anos 50, a politização do debate desenvolvimentista no nível da discussão de reformas progressistas que tangenciassem as questões básicas associadas às relações de produção” (BIELSCHOWSKY, 2004: 131).

Remetendo-nos às leituras de Lamounier, Ortiz e Pécaut, podemos argumentar, de modo semelhante, que Hélio Jaguaribe foi responsável por um diagnóstico bastante crítico da realidade brasileira, sobretudo no que tange aos fatos e movimentos políticos processados entre os anos de 1953 e 1956. Denunciando o baixo índice de renovação das elites dirigentes, o conteúdo reacionário e antinacional de que as mesmas se revestiam, o autor bradou por uma aliança entre as classes progressistas, capaz de realizar “os pontos básicos de uma política pela emancipação nacional” – a saber: desenvolvimento econômico e luta contra a espoliação da economia nacional (JAGUARIBE, 1955c: 49). Nesse sentido, ao conclamar a burguesia industrial e a intelligentsia à realização imediata de um trabalho ideológico no país, o fez por acreditar ser este um veículo à conscientização da classe média e do proletariado, e não como instrumento à dominação burguesa.

O mesmo se verifica no que tange ao uso do jargão nacionalista. Ainda que em sua análise Hélio Jaguaribe tenha erigido a nação como categoria central, não o fez para justificar o domínio de uma classe, e sim por concebê-lo como mecanismo à proteção geral da nação. Conforme o autor, “numa sociedade em que todas as comunidades organizadas (...) são Estados nacionais, as comunidade que não se organizem [desta forma] não proporcionarão aos seus membros proteção contra o nacionalismo alheio” (JAGUARIBE, 1968: 49). Logo, longe de um obscurecimento das consciências das classes, sua ênfase no conflito nação x antinação, significou antes um posicionamento progressista porque voltado para organizar a economia e política nacionais em novas bases.

Reforçam esta ideia frases como: “a fim de levar adiante tal política (...) com vistas ao desenvolvimento e à emancipação do Brasil, são necessários (...) democracia representativa, baseada no sufrágio universal, secreto e igualitário; igualdade efetiva de oportunidades para todos os cidadãos” (JAGUARIBE, 1956b: 127); trata-se de uma mudança operada “dentro do regime democrático representativo e de uma série de outras exigências determinadas por nossos valores culturais” (JAGUARIBE, 1958a: 29). Ao mesmo tempo, confirmam a percepção de que, em suas análises, Hélio Jaguaribe associava promoção do desenvolvimento econômico e democracia.

Anos mais tarde, o próprio Caio Navarro de Toledo repensa suas primeiras colocações. A partir do confronto com o contexto histórico dos anos 1946 a 1964, dimensão esta que não tocara em sua primeira leitura, afirma: “o ISEB – apesar de seus

equivocos teóricos, políticos e ideológicos – deve ser lembrado como uma instituição cultural cujos intelectuais se comprometeram com a defesa de causas progressistas e de caráter democrático” (TOLEDO, 2005: 162). Ao final, reconhece-o como um aparelho ideológico, mais precisamente, um aparelho ideológico de Estado posto que “os vínculos [de seus] membros com os setores oficiais precederam a criação da instituição”, que, de modo semelhante ao IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), “formul[ou] projetos econômicos e sociais para o país e organiz[ou] suas atividades no sentido de influenciar os agentes políticos decisivos do Estado e sociedade civil pré-1964” (TOLEDO, 2005: 142 e 137). Isso nos remete ao segundo conjunto de leituras sobre o ISEB. Agiu este como um grupo de interesse ou pretendeu-se uma intelligentsia?

Tendo em vista que grupo de interesse designa “qualquer grupo que à base de um ou vários comportamentos de participação, leva adiante certas reivindicações em relação a outros grupos sociais, com o fim de instaurar, manter ou ampliar formas de comportamento” consoante com seus interesses, a pergunta que surge é: interesses de qual grupo o ISEB representava? (PASQUINO, 2004: 564). A nosso ver a resposta, ou melhor, a ausência de uma resposta efetiva deixa entrever certa dubiedade no raciocínio de Abreu. Supondo como preocupação comum aos autores do ISEB “formular alternativas políticas para o desenvolvimento brasileiro”, Abreu parece concordar com a com a ideia isebiana de que haveria uma correspondência entre os interesses situacionais de classe em torno do desenvolvimento econômico, ou então entende que estes representavam a si mesmo, pois em momento algum referencia um grupo específico (ABREU, 2005: 98).

Para nós, não obstante a autora ressaltar que o ISEB não pode ser identificado “estritamente como um grupo de interesse”, dado suas distinções em relação à ação de outros grupos que atuam na sociedade, ao não resolver essa questão básica – se um grupo de interesse representa os interesses de um grupo, qual grupo o ISEB representava? – tal classificação perde todo o sentido (ABREU, 1975: 284). Aponta, no mínimo, para uma utilização genérica do termo acreditando que o simples fato de um conjunto de intelectuais procurar influenciar os centros de decisão política à adoção de medidas congruentes com suas propostas o faria um grupo de interesse. Haja vista que a própria autora assinala que, nos primeiros anos, a ação do ISEB pautou-se na “argumentação e persuasão” procurando converter o saber em influência, perguntamo-nos se não seria mais apropriado abordá-lo enquanto intelligentsia? (ABREU, 2005: 98).

Concebendo *intelligentsia* como uma camada intersticial, situada não acima, mas entre as classes sociais, capaz de adotar e focar as questões em pauta sob várias perspectivas em favor da síntese, nossa análise do primeiro momento de Hélio Jaguaribe parece corroborar com esta ideia (MANNHEIM, 1974). A nosso ver, em todas as obras aqui analisadas, Jaguaribe pretendeu-se um intelectual apto para interpretar de forma neutra os dilemas e desafios da realidade brasileira e, por consequência, promover a síntese. Esta, por sua vez, se fazia sentir no desenvolvimento econômico porque saída capaz de superar os quatro planos da crise nacional, e ao mesmo tempo ser representativa dos interesses de quase todas as classes sociais. Daí seu esforço contínuo tanto em pressionar o governo à adoção de medidas congruentes com seu projeto, como em mobilizar a sociedade em sentido ao mesmo.

Conforme o autor, uma vez que as classes nacionais não tinham consciência de seus interesses - ainda são bastante débeis, imediatistas e sensíveis apenas às altas e baixas dos salários (JAGUARIBE, 1955c: 53) -, nem percebiam que “os móveis da luta nacional era o interesse de classe das forças reacionárias e antinacionais” (JAGUARIBE, 1955a: 22), fazia-se necessário “interessar as vanguardas do proletariado, da burguesia industrial e da inteligência técnica” (a qual ele próprio integrava) no sentido de preparar e educar ideologicamente as massas (proletariado, camponês e classe média); daí os cursos, conferências e estudos publicados pelo ISEB (JAGUARIBE, 1955c: 53). Revelando a elas que era o desenvolvimento a fórmula representativa da transição nacional para uma etapa mais avançada do processo faseológico e que seus interesses estavam aí igualmente contemplados, o autor clamava à sua mobilização, ao passo que procurava pressionar o governo em sentido ao desenvolvimento. Parece aí acreditar “situar-se além e adiante” da situação nacional, como se antecipasse a alternativa necessária, mas ainda não concretizada no país (MANNHEIM, 1974: 95). Logo, a nosso ver, Jaguaribe ambicionou sim o papel de *intelligentsia*.

Frente a isso, retomando a análise de Abreu, sua interpretação de que o ISEB não obteve sucesso parece perder sentido. Mesmo que não possamos estender o exemplo de Jaguaribe a todo ISEB, sobretudo porque desde 1956 o autor posicionava-se a favor da entrada de capital estrangeiro, a nosso ver o fato de o projeto de desenvolvimento encampado pelo governo ao longo de mais de vinte anos de história ser igual ao que o autor advogava, consagra seu êxito. Ou melhor, uma vez que Jaguaribe pretendeu-se

intelligentsia, seu foco não foi aceder aos centros de decisão política, mas influenciá-los, tarefa na qual parece ter obtido o sucesso que almejava.

De modo a concluir, o que essa análise do primeiro momento de Hélio Jaguaribe combinada ao seu contexto histórico nos revela é que, a despeito de suas possíveis imprecisões teóricas ou generalizações, tal produção teve um sentido progressista. Acreditando-se uma intelligentsia, Jaguaribe denunciou o atual estado de coisas, de forma bastante astuta por sinal, e procurou apresentar um projeto à sua superação. Se não foi além da mera tematização das questões e desafios que envolviam a promoção do desenvolvimento econômico, foi porque naquele contexto este era o raciocínio possível. Logo, se quisermos ser críticos sob quanto a seu provável conteúdo conservador, sejamos em relação aos seus trabalhos posteriores porque inseridos em um novo contexto quando já eram perceptíveis as falhas do desenvolvimento.

Bibliografia:

Do autor:

JAGUARIBE, Hélio. “Que é filosofia?” In: *Revista brasileira de Filosofia*, nº 1. Rio de Janeiro, 1951.

_____. “Origem e meta história”. In: *Revista brasileira de Filosofia*, nº 5. Rio de Janeiro, 1952.

_____. “Apresentação”. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 1. Rio de Janeiro: IBESP, 1953a.

_____. “A ideologia do governo republicano e a política internacional dos Estados Unidos”. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 1. Rio de Janeiro: IBESP, 1953b.

_____. “A crise ministerial e a nova política do Senhor Getúlio Vargas”. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 1. Rio de Janeiro: IBESP, 1953c.

_____. “Por que venceu Jânio Quadros”. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 1. Rio de Janeiro: IBESP, 1953d.

_____. “A crise brasileira”. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 1. Rio de Janeiro: IBESP, 1953e.

_____. “A crise do nosso tempo e do Brasil”. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 2. Rio de Janeiro: IBESP, 1954a.

_____. “Situação política brasileira”. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 2. Rio de Janeiro: IBESP, 1954b.

_____. “Que é ademarismo?” In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 2. Rio de Janeiro: IBESP, 1954c.

_____. “O moralismo e a alienação da classe média”. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 2. Rio de Janeiro: IBESP, 1954d.

_____. “A Crise da Universidade”. In: *Revista brasileira de Filosofia*, nº 4. Rio de Janeiro, 1954e.

_____. “O Golpe de agosto”. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 3. Rio de Janeiro: IBESP, 1955a.

_____. “As eleições de outubro”. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 3. Rio de Janeiro: IBESP, 1955b.

_____. “O legado político de Vargas e as possibilidades de sua potencialização ideológica”. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 3. Rio de Janeiro: IBESP, 1955c.

_____. “A sucessão presidencial”. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 4. Rio de Janeiro: IBESP, 1955d.

_____. “Situação atual do Brasil”. In: *Revista do Clube Militar*, nº 135. Rio de Janeiro, 1955e.

_____. “Sentido e perspectivas do Governo Kubitschek”. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 5. Rio de Janeiro: IBESP, 1956a.

_____. “Para uma política nacional de desenvolvimento”. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 5. Rio de Janeiro: IBESP, 1956b.

_____. “Golpe e antigolpe na presente situação brasileira”. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 5. Rio de Janeiro: IBESP, 1956c.

_____. *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional*. São Paulo: Coleção Fórum Roberto Simonsen, 1956.

_____. *A filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

_____. *Condições institucionais ao desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958a.

_____. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958b.

_____. “Sucinta análise do nacionalismo brasileiro”. In: *Revista do Clube Militar*, nº 147. Rio de Janeiro, 1959.

_____. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

_____. “Breve notícia sobre a própria obra”. In: VENANCIO FILHO (org). *Estudos em homenagem a Hélio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. “O ISEB e o desenvolvimento nacional” In: TOLEDO, Caio Navarro. *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

Geral:

ABREU, Alzira Alves. “Nacionalism et action politique au Brésil: une etude sur l’ISEB”. *Tese de doutorado*. Paris : Uniniversité René Descartes, 1975.

_____. “A ação política dos intelectuais do ISEB”. In: TOLEDO, Caio Navarro (org). *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. São Paulo: Editora Revan, 2005.

BARIANI, Edison. “Uma intelligentsia nacional: grupo de Itatiaia, IBESP e os Cadernos de Nosso Tempo”. *Caderno CRH*, 2005, v. 18, n. 44, p. 249-256.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. “Os três momentos de Hélio Jaguaribe”. In: VENANCIO FILHO, Alberto (org). *Estudos em homenagem a Hélio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. “O Conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido”. *Revista Dados*. Rio de Janeiro, vol. 47, nº1, pp. 49-84, 2004.

Cadernos do Nosso Tempo. Rio de Janeiro: IBESP, 1953 a 1956.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. “O tempo das ilusões”. In: CHAUI, Marilena (org). *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HERNANDEZ, Leila Leite. “Introdução ao pensamento de Hélio Jaguaribe: seus artigos de 1949 no jornal do Comércio”. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, nº 23, jan/mar 1989.

LAMOUNIER, Bolívar. “O ISEB: notas à marem de um debate”. *Discurso*. São Paulo, nº 9, 1978.

LOVATTO, Angélica. *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe*. São Paulo: Arte escrita, 2010.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARINHO, Luiz Carlos de Oliveira. “O ISEB em seu momento histórico”. *Dissertação de mestrado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.

MOTTA, Luiz Eduardo P. “O ISEB, no banco dos réus”. *Comum*. Rio de Janeiro, nº 15, ago/ dez 2000.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PASQUINO, Gianfranco. “Grupos de pressão”. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (orgs). *Dicionário de política*. Brasília, UNB: 2004.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Alexsandro Eugênio. “O ISEB na perspectiva do seu tempo”. *Tese de doutorado*. São Paulo: USP, 2002.

_____. “Intelectuais, política e cultura na formação do ISEB”. In: TOLEDO, Caio Navarro. *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

SCHAWRTZMAN, Simon. *Pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1979.

SOUZA E SILVA, Claudio Araújo. “Hélio Jaguaribe e a reforma política para o desenvolvimento”. *Dissertação de mestrado*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1982.

_____. (org). *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

VALDES, Eduardo Devés. *El pensamiento latino-americano en el siglo XX*. Buenos Aires: Biblos, 2003.

VENANCIO FILHO, Alberto (org). *Estudos em homenagem a Hélio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.